

Primeira etapa para o acordo com os bancos

GAZETA MERCANTIL

10 JUL 1992

por Claudia Safatle
de Brasília

O governo anunciou, ontem, a conclusão da primeira de cinco etapas que envolve o acordo de reestruturação de US\$ 56 bilhões — entre dívida externa de médio e longo prazo e juros atrasados aos bancos comerciais internacionais.

Depois de onze meses de negociação, foi possível chegar a um "acordo em princípio" sobre a forma e os instrumentos que compõem esse refinanciamento por até trinta anos.

O ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, espera que até o início do próximo ano estejam concluídas as outras fases — elaboração do "term sheet", aprovação desse protocolo pelo Senado Federal (ver nesta página), adesão de 95% dos créditos que serão transformados em dívida nova e assinatura definitiva do contrato.

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, em entrevista à editora Maria Clara R. M. do Pra-

do, deu a dimensão do que ele significa no conjunto da política econômica: "Nós continuamos com os mesmos problemas e desafios que tínhamos antes. Temos um programa econômico a cumprir, negociações com o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. É uma trajetória ao longo da qual vamos caminhando passo a passo, e nenhum desses passos, por si só, resolve a questão". A questão é chegar a uma economia estável, com taxas reduzidas de inflação, e crescimento auto-sustentado", resumiu.

O presidente da República, Fernando Collor de Mello, que foi informado às 7h15 da manhã de ontem pelo ministro da Economia da conclusão dos princípios do acordo, ocupou na noite de ontem as cadeias de rádio e televisão, para anunciar que o País levantou uma "hipoteca, um fardo que desde 1982 vem pesando sobre o Brasil".

Assinalou que, agora, "ganhamos liberdade", possibilidades renovadas de uma atuação econômica mais eficaz, e comemorou: "São trinta anos de tranquilidade na área cambial, com uma vantagem adicional: só teremos que pagar os juros, pois 100% do principal devido no fim daquele período será saldado por meio da entrega dos próprios títulos que agora estão sendo oferecidos como garantia".

Márcilio também estava satisfeito. Em pouco mais de um ano ele conseguiu normalizar as relações do País com a comunidade financeira internacional, começando com o acordo com o Fundo Monetário Internacional, Clube de Paris, e, agora, bancos privados.

Como uma das consequências desse processo, o ministro disse ontem estimar que o País receberá, até o final deste ano, US\$ 20 bilhões de ingresso de capitais externos. Nos quatro primeiros meses do ano já ingressaram cerca de US\$ 6,5 bilhões. Garantiu, também, que se toda hiperinflação é precedida de uma crise cambial, e como não há hipótese de o Brasil sofrer uma nova crise cambial, "fica também definitivamente afastado o perigo da hiperinflação".

No Congresso Nacional, o acordo foi bem recebido e a necessidade de aprovação

da reforma fiscal, reforçada para cumpri-lo. O senador Marco Maciel disse ao editor Fernando Leal: "O ajuste fiscal é fundamental para o sucesso do acordo, embora as reservas estejam bem", argumento que teve concordância do senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

O ministro da Economia crê que, vencida essa etapa de regularização das relações externas do País, é possível "debruçarmos sobre os grandes desafios domésticos sem ter a espada de Dâmocles da dívida externa sobre a cabeça de cada um de nós".

Do total da dívida de US\$ 56 bilhões abarcado no acordo, US\$ 40 bilhões representam as de médio e longo prazos, US\$ 4 bilhões de "new money" de 1988 e US\$ 11 bilhões de juros atrasados. Faltam renegociar, ainda, US\$ 6,4 bilhões, devidos junto aos bancos brasileiros no exterior, que terão tratamento semelhante, mas com uma opção a mais no "menu" da reestruturação da dívida.

(Ver páginas 18 a 22)